

DESENVOLVIMENTO RURAL E GEOGRAFIA: O PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NA COMUNIDADE TARUGO POÇÕES-BA

Gerusa Martins da Silva ¹
Jéssica Martins da Silva ²

RESUMO

O espaço rural ainda busca e precisa alcançar o desenvolvimento. Isso pode ter como alternativas as políticas públicas. A exemplo do Programa de Agentes Comunitário de Saúde estudado. A proposta desse estudo é analisar a relação entre o trabalho do Agente Comunitário de Saúde e o associativismo rural, pois ambas conhecem as peculiaridades de cada comunidade, além disso, verificar a atuação do ACS e da associação de moradores na comunidade Tarugo, município de Poções-BA. Além de apontar a importância das políticas públicas no meio rural. A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de questionários com as famílias, visitas a localidade, além de entrevista com o representante da associação de moradores rurais do Tarugo.

Palavras-chave: Associativismo. Desenvolvimento rural. Saúde.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre espaço e território são pertinentes a ciência geográfica, que por sua vez configura-se como uma ciência preocupada com as questões sociais, bem como das suas transformações. Esta ciência traz grandes contribuições na compreensão da sociedade e leitura espacial.

Segundo Moraes (1983), o espaço é a base de análise peculiar dos seus elementos, de forma complexa, que possui adjetivos específicos, se propondo a analisar as especificidades de cada espaço, como o espaço físico, agrário, econômico, entre outros, e aborda as diferentes definições espacial, considerando os fenômenos materiais ocorridos no espaço, através da relação sociedade natureza, os aspectos de desenvolvimento social e globalização, outra concepção é que o espaço é concebido através da percepção dos fenômenos, da capacidade cognitiva do sujeito, que são as relações existentes no espaço.

Por sua vez, Correia (1995) compreende que a sociedade, ela é de fato essencial nos estudos de diversas ciências. A geografia por sua vez analisa a sociedade pelo seu

¹ Graduada em geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, gerusamarttyns@outlook.com.

² Graduanda em geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, jessicamarttyns@gmail.com.

desenvolvimento espacial que considera as transformações sociais em um dado espaço, num determinado tempo, não considerando apenas o vivido, mas sua respectiva influência sobre o espaço.

Diversas transformações ocorreram no meio rural com a modernização do campo que refletiu no modo econômico e social. De acordo Campanhola e Silva (2000) “o meio rural não pode mais ser considerado como espaço exclusivamente agrícola, ou seja, apenas com o desenvolvimento agrícola não se atinge o desenvolvimento rural.” (CAMPANHOLA E SILVA, 2000, P.13).

Wanderley destaca que “meio rural continua sendo identificado a uma pequena aglomeração, com uma sociabilidade correspondente e onde predominam as paisagens naturais.” (WANDERLEY, 2001 p.109). É um espaço que está relacionado não apenas ao uso e produção na terra, mas aos benefícios a vivencia e bem estar do indivíduo, a um ambiente com redução de interferências humanas.

O processo de globalização, as novas estruturas econômicas e sociais provocaram interferências no espaço rural, caracterizando-o como um novo rural. Campanhola e Silva (2000) conceituam o novo rural como uma região de desenvolvimento, com o advento da modernização do campo propiciada pela revolução verde, o crescimento de atividades agropecuárias, a inserção de novas técnicas e máquinas na execução do trabalho que provocou mudanças estruturais no espaço rural.

Wanderley (2001) destaca as particularidades existentes no meio rural, a relação histórica, os aspectos culturais, identitários que devem ser considerados. A autora faz referência a “um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional)”. (WANDERLEY, 2001 p.2). O sujeito que vive no espaço rural está inserido na sociedade com as suas peculiaridades que reflete nas ações sociais. Para a autora o meio rural é parte da cultura e da história do indivíduo que reside naquela localidade, mas também o lugar de conquistas de território, de lutas pela terra e de outros recursos naturais, gerando domínio, poder e conflito. Esses elementos são importantes para a ciência geográfica na compreensão do espaço rural.

Outro ponto a ser abordado é o desenvolvimento rural, por meio do surgimento das políticas públicas destinadas ao campo, de acordo Silva (2004):

As políticas rurais continuam a ser direcionadas basicamente para reduzir o isolamento das populações rurais (melhoria nos sistemas de transporte e de comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde, etc.) e de qualificação (ensino básico e técnico). (SILVA, 2004, p.04)

As políticas públicas aproximou o meio rural ao urbano, além das mudanças e facilidades na produção, o meio rural na maioria tem energia elétrica, água, muitos lugares já possui internet, facilitando a comunicação.

No caso do Brasil, o espaço rural sempre foi pouco valorizado, e pouca atenção foi destinada as populações que vivem nas áreas rurais, especialmente as suas condições de vida. É importante ressaltar que o Brasil, foi por muito tempo essencialmente rural e que a sua transição para um país urbano, não alterou o valor e a importância do rural para a sociedade. No entanto, poucas foram as estratégias para gerar melhores condições de vida e alternativas para redução das desigualdades entre os espaços rural e urbano no Brasil.

Recentemente tem crescido o debate acerca do desenvolvimento rural, porém a discussão a respeito dessa temática não é nova, há muito tempo essa questão tem permeado as preocupações dos estudiosos, especialmente da geografia. Ainda que outras áreas do conhecimento, também ofereçam contribuição nas discussões sobre o espaço rural brasileiro. A ciência geográfica apresenta elementos capazes de contribuir na leitura do espaço rural e suas novas abordagens, dentre as quais merece destaque a inserção das políticas públicas no meio rural.

Neste trabalho elegeu-se as políticas públicas de saúde no espaço rural para serem estudadas e analisadas a partir do olhar geográfico, as referidas políticas tem por finalidade reduzir os agravos a saúde humana, dentre elas destaca-se o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, (PACS) que tem papel importante nas ações preventivas e de promoção a saúde.

2 O PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nesse contexto, se insere o Programa de Agentes Comunitários de Saúde que surgiu em 1991, no intuito de reduzir os agravos a doenças. Segundo as diretrizes do programa, O ACS tinha que residir na comunidade, pois conhecia as especificidades daquela localidade e mantinha um vínculo com os moradores. Por meio das visitas domiciliares, o ACS identificava e encaminhava pessoas propensas a doenças. De acordo Brasil (2010), a princípio o programa teve grande sucesso na redução de doenças, como tuberculose, reduziu o número de mortalidade infantil e mobilizou a população sobre a importância do aleitamento materno, vacinação, diminuindo a incidência de doenças.

O agente comunitário de saúde tem uma ligação com sua comunidade, por fazer parte daquela localidade e está fixada naquele lugar, a história, a cultura, a identidade que tem suas

influências na constituição humana. Conforme afirma Ferraz e Aerts (2005) “Esse trabalhador apresenta características especiais, uma vez que atua na mesma comunidade onde vive, tornando mais forte a relação entre trabalho e vida social.” (FERRAZ; AERTS, 2005, p.348). Além disso, a vivência na comunidade possibilita conhecer as distinções de cada família, e por conta disso, muitas vezes estabelece uma relação de confiança, amizade, em que a família acompanhada, se sente à vontade a dialogar sobre os problemas existentes. Segundo Nascimento e Correa (2008):

O trabalho do agente comunitário de saúde não está pautado na doença, mas sim no sujeito enfermo ou com possibilidade de adoecer, ele considera o paciente como “sujeito singular”, pertencente a uma família, a uma comunidade, ou organizações institucionais, ou seja, o território como espaço de intervenção. O agente comunitário de saúde tem a sensibilidade de ler, escutar e traduzir para as equipes de referência, as reais necessidades da população, encontradas em cada residência, em cada pessoa, em cada família e em cada comunidade. (NASCIMENTO; CORREA, 2008, p.1311)

O agente comunitário de saúde é o elo entre a comunidade e a unidade de saúde, e demais órgãos sociais por vivenciar a realidade da comunidade. Conforme afirma Galavote *et al* (2011):

A inserção do ACS no contexto da atenção primária à saúde (APS) está pautada na representação de vínculo e no elo na relação serviço-comunidade, o que o torna também um potente “mediador” de tensões da clientela, por atender às inúmeras demandas de saúde. (GALAVOTE *et al*, 2011, p.232).

Há um vínculo existente entre as famílias acompanhadas e o Agente Comunitário de Saúde, sendo mediador no processo de saúde e ações educativas. De acordo Brasil (1997), algumas das atribuições do Agente Comunitário de Saúde são: cadastrar as famílias, realizar visitas domiciliares mensais, acompanhar grupos específicos como idosos, hipertensos, diabéticos, crianças, gestantes, pessoas com tuberculose, hanseníase, desenvolver atividades educativas na comunidade, identificar e encaminhar casos de riscos à saúde, informar a comunidade sobre as atividades desenvolvidas na unidade, como também sobre a prevenção de doenças, entre outras.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizada por meio de visitas a comunidade Tarugo, além da aplicação de questionários a dez famílias, sobre a atuação do programa no meio rural, as atividades desenvolvidas, os benefícios adquiridos pela comunidade no decorrer do tempo de permanência do Agente Comunitário de Saúde (ACS). Foram questionados sobre o tempo de

permanência na localidade, perguntas relacionadas aos aspectos sócios econômicos, para conhecer as especificidades daquela comunidade, e sobre as interferências provocadas pelo programa nas condições de vida da comunidade, as ações desenvolvidas na localidade, as parcerias existentes entre escolas, igrejas, associações de moradores, além disso, foi realizado uma entrevista com o coordenador da associação de moradores rurais do Tarugo, no intuito de compreender as ações da associação, se tem conhecimento do programa de Agentes Comunitários de Saúde e de que forma o programa tem interferido no modo de vida da comunidade, além de indaga-lo sobre a importância do associativismo e das parcerias firmadas para o desenvolvimento no meio rural.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comunidade do Tarugo faz parte da área de cobertura da Unidade de Saúde da Família Paulina Maria de Jesus, que se situa no povoado de Morrinhos, no município de Poções - BA. A unidade conta com a presença de oito agentes comunitários de saúde, de acordo o mapeamento de área, todos os Agentes Comunitários de Saúde representa uma comunidade, sendo o mediador de informações, ações educativas e preventivas. A comunidade do Tarugo é composta por 65 famílias residentes, em que o ACS atua mais de vinte anos.

De acordo os resultados obtidos comunidade Tarugo, foi verificado que o trabalho do ACS é extremamente importante para as famílias, houve relatos referentes a realidade da população antes e depois da presença do ACS, afirmando mudanças significativas na comunidade com o trabalho do ACS, como por exemplo a facilidade de acesso aos procedimentos realizados na unidade de saúde, e, também, o conhecimento e informação sobre a prevenção de doenças e promoção da saúde, entre outros. O ACS além informar sobre o funcionamento e desenvolvimento das atividades realizadas na unidade de saúde, compreende as necessidades de cada família acompanhadas, além disso, as visitas domiciliares possui um caráter educativo, na qual conscientiza a família a prevenir muitas doenças. Outra mudança mencionada pela comunidade foi a proximidade, a atuação de um profissional de saúde na comunidade e sendo parte integrante da mesma, pois a família recorre a orientação e apoio do ACS, em casos graves, o ACS informa a unidade de saúde da família, solicitando uma visita compartilhada com outros profissionais.

Segundo relato dos moradores há períodos chuvosos que dificultam o acesso a área urbana, enfatizando ainda mais a importância do Programa de Agentes Comunitários de

Saúde no meio rural, como também a participação da comunidade nas associações rurais. De acordo entrevista realizada com o representante da associação da comunidade do Tarugo, foi possível averiguar a importância da associação na concretização das políticas públicas destinadas ao meio rural. Segundo relata o representante da associação, a mesma foi fundada em 1994, sendo formada por moradores e produtores da localidade, com a participação de 28 famílias. O representante relata que o objetivo da associação é:

Defender os direitos dos trabalhadores rurais nas políticas públicas, como direito a saúde, educação, habitação, transportes. Organização de produção buscando agregar valor aos alimentos produzido pelos associados, e buscar linhas de crédito para atender as necessidades dos associados. (Representante rural do Tarugo).

Segundo ele, enfatiza a importância da participação da comunidade na busca de projetos para o desenvolvimento da agricultura familiar. Com relação a programa de Agentes Comunitários de Saúde, argumenta ter pouco conhecimento, no entanto relata a importância de ter mais participação do ACS nas reuniões, pois além de ser membro da comunidade é uma representação, sendo referência para os demais indivíduos, além de conhecer a realidade da comunidade o modo de vida, formas de trabalho e produção.

Tanto o ACS, como a associação conhecem a comunidade em que fazem parte. Por conta disso, a participação do ACS nas reuniões da associação é fundamental para discutir e analisar os problemas, optando pelas melhores soluções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento rural tem ganhado legitimidade com as interferências de políticas públicas no meio rural, por meio de articulações de associativismo, sindicatos, entre outros, visando melhorias na qualidade de vida do sujeito e permanência no meio rural, como também o programa de Agentes Comunitários de Saúde que tem contribuído na melhoria das condições de vida da comunidade, pois o ACS e a associação conhecem a realidade de cada localidade, por meio de medidas adequadas podendo intervir em prol do desenvolvimento rural.

Por conta disso, é relevante a participação do ACS no fortalecimento do associativismo, nas discussões dos problemas da comunidade, incentivando a atuação popular.

É uma política pública que modifica o cenário daquela localidade, com a implantação do programa de agentes comunitários de saúde no meio rural, pois devido a diversas limitações existentes no meio rural que dificulta o acesso a informação. O programa de

agentes comunitários de saúde tem a finalidade de reduzir os agravos a saúde, é uma política de saúde preventiva que visa conscientizar, informar e facilitar o acesso aos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Brasília, 1997.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Memórias da saúde da família no Brasil**. Série I. História da Saúde no Brasil. Brasília, 2010.
- CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro** Uma análise estadual: nordeste. Jaguariúna: Embrapa Informação Tecnológica, 2000.
- CORREIA, Roberto Lobato. Geografia conceitos e temas. In: CASTRO, Elias; GOMES, Paulo Cesar de Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Geografia Conceitos e Temas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.26.
- GALAVOTE *et al.* Desvendando os processos de trabalho do agente comunitário de saúde nos cenários revelados na Estratégia Saúde da Família no município de Vitória – ES. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n.1, p. 231-240, 2011.
- GELINSKI, Carmem Rosario Ortiz; SEIBEL, Erni José. **Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n.1-2, 2008.
- MORAIS, Antonio Carlos Roberto. **Geografia Pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- NASCIMENTO, Elisabet Pereira Lelo; CORREA, Carlos Roberto da Silveira. O agente comunitário de saúde: formação, inserção e práticas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, p. 1304-1313, jun, 2008. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0308/pdfs/IS28\(3\)078.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0308/pdfs/IS28(3)078.pdf). Acesso em: 15 dez. 2017.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.15, p. 87- 145, out. 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15>. Acesso em: dez. 2017.